

## **CURSO DE FÉRIAS PARA PROFESSORES LEIGOS: MUDANÇAS NO ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO (1950-1960)**

Marineide de Oliveira da Silva  
Rômulo Pinheiro de Amorin

### **Resumo**

Objetiva-se com este artigo analisar as mudanças ocorridas no ensino primário em Mato Grosso, no período compreendido entre 1950 e 1960, a fim de apreender as conjunturas educacionais que fizeram com as professoras das escolas rurais do estado fossem convocadas no período de férias letivas a realizarem um curso para exercerem o magistério. Para a realização desta pesquisa foram consultados documentos pertencentes aos acervos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, do arquivo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDIHR e depoimentos de professoras primárias que atuaram nos citados anos. Os resultados apontaram que as professoras leigas das escolas rurais de Mato Grosso, eram convocadas a realizarem o Curso de Férias a fim de adquirirem metodologias de ensino compatíveis ao cargo que ocupavam e assim, permanecerem no quadro de professoras de Mato Grosso.

Palavras-chave: Ensino Primário. Curso de Férias. Professoras Leigas.

A educação primária em Mato Grosso nos anos de 1950 contava com três diferentes tipos de modelos escolares: os grupos escolares, as escolas reunidas e as escolas isoladas. Esta última modalidade, após o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 (Decreto nº 759, de 22 de abril do mesmo ano) sofreu um desmembramento e ganhou outras divisões como escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas. Para este trabalho o foco recai somente nas docentes que ministravam aulas nas Escolas Isoladas Rurais e/ou somente Escolas Rurais, que são as duas formas encontradas descritas nos documentos oficiais.

O professor ou professora que se aventurasse a ministrar aulas nas escolas rurais teria que superar diferentes desafios e exercer, além da função docente, também as atribuições administrativas. Sá Rosa, em seu livro *Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul* (1990, p. 63) oferece diversos depoimentos de professores, com destaque para o da Profa. Maria Constança que, além de explanar sobre sua trajetória educacional, enfatizou que, quando lecionava na 1ª Escola Isolada de Campo Grande, executava diferentes funções na escola: “Ali funcionei como diretora, secretária, professora. Passei 4 anos nessa luta”.

Com relação aos conteúdos ministrados nas escolas de Mato Grosso, Alves (1998, p. 73) esclarece que “as escolas deveriam adotar os mesmos conteúdos, com variações apenas na duração dos cursos. As disciplinas básicas eram: leitura, escrita, as quatro operações, noções de história pátria, geografia do Brasil e de Mato Grosso e noções de higiene.” A duração dos cursos para as Escolas Isoladas Rurais era de 2 anos, para as Escolas Isoladas Urbanas, Escolas Isoladas Noturnas, Escolas Reunidas e Grupos Escolares são de 3 anos, prorrogáveis para 4 anos (REGULAMENTO, 1927).

Desta forma, entende-se que a escola rural mantinha um currículo diferenciado dos moldes urbanos e, nessa medida, era o mesmo defasado em relação as outras instituições escolares citadinas, pois ministrava-se somente o ensino rudimentar. Acrescido a essa problemática, pode-se citar outro fato que diz respeito ao provimento de professores para as escolas primárias mato-grossenses. Segundo o Regulamento, seu ingresso seria feito mediante concurso, entretanto, havia somente duas escolas de curso Normal em Mato Grosso, uma em Cuiabá e outra em Campo Grande (ALVES, 1998).

A distância que separava as duas, atrelado ao problema da densidade demográfica, limitava esse requisito no provimento de docentes para todas as escolas de Mato Grosso. Dessa forma, o número professores diplomados era insuficiente para atender a demanda educacional. Os habilitados compunham, em sua maioria, o quadro das escolas urbanas, sendo destinados às rurais apenas professores interinos em início de carreira e em sua maioria leigos com apenas o primário completo. Tal fato acarretou que nos anos 1950 começou-se a ofertar no em Mato Grosso cursos para aperfeiçoamento desses professores.

Na busca de contribuir com reflexões sobre a temática, este trabalho possui como objetivo analisar as mudanças ocorridas no ensino primário em Mato Grosso, no período compreendido entre 1950 e 1960, a fim de apreender as conjunturas educacionais que fizeram com as professoras das escolas rurais do estado fossem convocadas no período de férias letivas a realizarem um curso para exercerem o magistério.

Para a realização desta pesquisa foram consultadas produções em história da educação relativas ao tema, documentos (relatórios, mensagens governamentais, depoimentos orais) pertencentes aos acervos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, do arquivo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDIHR e depoimentos de professoras primárias que atuaram nos citados anos.

Para Queiroz e Corrêa (2011), o “uso das fontes documentais nos estudos históricos educativos são motivadores em decorrência das expectativas geradas em torno de novos achados ou possibilidades de construção de novas interpretações do objeto”. Sobre fontes, Faria Filho e Caldeira (2002, p. 3) explicam, “cada fonte tem uma maneira peculiar de tratar a Educação, dado o objetivo (a mensagem veiculada por) cada uma delas e, levando em conta o momento histórico em que foram produzidas”, possibilitando estabelecer categorias de análise capazes de desvendar as conjunturas (sociais, econômicas, políticas e culturais) nelas expressas.

Com relação aos cursos para aperfeiçoamento de professores leigos estes tiveram seus primeiros registros documentais em Mato Grosso nos anos de 1950 em diferentes municípios do estado a fim de minimizar o problema da falta de habilitação para o magistério.

### **1 O curso de férias para professores leigos de Mato Grosso**

Mato Grosso nos primeiros anos da década de 1950 apresentava um significativo aumento populacional, o censo do mesmo ano descreve que havia em “[...] Mato grosso 528.451 habitantes, disseminados pelos seus 1.262.572 km<sup>2</sup>, sendo que desta população 182.060 nas cidades e vilas e 346.391 a zona rural, ou seja, cerca de 65,54%”, dos habitantes mato-grossenses residiam em áreas afastadas dos grandes centros (MENSAGEM, 1952, p. 25). Por isso, o governador, Fernando Corrêa da Costa, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, revelou ter dificuldade para distribuir as escolas no interior da população de “[...] densidade tão apoucada, é o empreendimento mais penso que o Departamento de Educação e Cultura, e órgão responsável por êsse importante setor da administração, cumpre realizar.” (MENSAGEM, 1952, p. 26). Sobre o assunto, Costa explana ainda:

Somos forçados a reconhecer que o ensino em Mato Grosso está sofrendo uma perigosa involução, um ressaltante retrocesso. É verdade que para as escolas das cidades especialmente das que oferecem melhores condições de conforto e de progresso, ainda se obtêm professoras, o que não se registra quando se trata do preenchimento das unidades rurais. Diante dessa contigência, as mais das vezes, somos guindados à posição de professor criaturas semi-alfabetizadas. (MENSAGEM, 1952, p. 26)

Para minimizar os problemas com professores leigos ou semianalfabetos e atualizar os diplomados, esse governante organizou cursos de férias nos meses de julho e que prosseguiram nas férias do final de ano, sendo oferecidos em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Cáceres, Três Lagoas, Aquidauana, Ponta Porã, Dourados, Amambaí, Coxim, Guiratinga, Poxoréu, Poconé e Rosario-Oeste e nos quais eram ministrados “[...] ensinamentos de português, aritmética, geografia, história, higiene etc”. (MENSAGEM, 1952, p. 27).

Para Costa (MENSAGEM, 1953, p. 41), a meta era suprir a falta de formação dos professores das escolas isoladas. No ano seguinte, Mato Grosso contava com 108 unidades escolares primárias na capital, Cuiabá, e 608 distribuídas nos demais municípios, perfazendo um total de 716 unidades escolares. Percebe-se que o número de escolas aumentou muito no ano de 1955, pois somente as rurais somavam 924 unidades escolares, distribuídas nos municípios de:

**Tabela 01**  
Número de Escolas Rurais

<b>Escolas Rurais em Mato Grosso – 1955</b>			
Município	Quantidade	Município	Quantidade
Amambaí	23	Jardim	03
Acorizal	24	Ladário	01
Alto Garças	02	Mato Grosso	08
Arenápolis	02	Maracajú	04
Alto Araguaia	13	Miranda	14
Alto Paraguai	09	Nioaque	06
Aquidauana	20	Nortelândia	02
Aparecida do Tabuado	04	Nossa Senhora do Livramento	40
Barão de Melgaço	11	Ponte Branca	02
Barra do Garças	17	Porto Murtinho	11
Bonito	12	Ponta Porã	35
Barra do Bugres	05	Poxoréu	33
Bela Vista	22	Poconé	58
Chapada dos Guimarães	38	Paranaíba	26
Corguinho	02	Rochedo	08
Coxim	25	Rondonópolis	06
Camapuan	06	Ribas do Rio Pardo	03
Cáceres	38	Rio Brillhante	17
Campo Grande	59	Rosário Oeste	73
Corumbá	33	Rio verde de Mato Grosso	05
Diamantino	16	Santo Antonio do Leverger	60
Dourados	65	Sidrolândia	03
Itaporã	03	Torixoreu	01
Itiquira	01	Tesouro	02
Jaraguari	07	Terenos	02

Fonte: MENSAGEM – APMT, 1955.

Os dados apontam que, novamente, Cuiabá (108 escolas), Santo Antônio de Leverger (60 escolas) e Rosário Oeste (73 escolas) estavam entre os municípios de maior quantidade de escolas rurais. Entretanto, Santo Antônio foi superado em número de instituições por Dourados (65 unidades escolares), com destaque também para o município de Nossa Senhora do Livramento (40) e Poconé (58).

Nesse período, Mato Grosso contava com 52 municípios. O aumento de instituições escolares nas áreas rurais pode ser observado um ano após, no governo de João Ponce de Arruda, pois, das 924 unidades, em 1955, passou a ter 1.085 estabelecimentos, em contraponto aos 49 grupos escolares, 36 escolas reunidas, 9 escolas urbanas, 1 escola noturna e 10 escolas regimentais (MENSAGEM, 1956, p. 87). Contudo, a problemática da formação de professores para atuar na maioria das escolas primárias estaduais, continuava sendo fator de crítica do governo:

Criticando a má preparação pedagógica, e mesmo intelectual do professorado, a admissão de semianalfabetos no magisterio, a intervenção manifestado partidária político, como fatores da decadência do ensino, conclue uma das mensagens do passado govêrno, a de 1951, que em matéria de ensino, diante da desorganização imperante estamos, na "estaca zero". (MENSAGEM, 1956, p. 88).

Este fato ocorria porque, em Mato Grosso, a força política influenciava nas indicações para integrar os quadros das instituições públicas, eles “[...] se revezavam no comando do poder mato-grossense: ora eram eleitas personalidades ligadas ao PSD, ora da UDN, que estendiam suas lideranças por todo o interior do então Estado de Mato Grosso uno”. (SIQUEIRA, 2002, p. 202).

Conforme Leite, (1942, p. 5), a escola isolada rural tornou-se, por isso, no mais ruinoso fator de desagregação do meio, visto ser considerado aparelho de instrução deficiente e entregue à incompetência de professores que desconheciam os problemas magnos do ensino rural, servindo, muitas vezes, de centro de conversação política onde nas urnas, em dias de eleição, encontravam guarida nem sempre segura.

O balanço total apresentado por Fernando Corrêa da Costa, governador de Mato Grosso, mostra a quantidade de professores que realizou o Curso de Férias e os lugares onde eles ocorreram: “Em 1962, um curso de férias ministrado em Três Lagoas, preparou 47 professores primários. No mês de junho, em Várzea Grande, 50 professores

receberam os certificados de conclusão do curso de higiene escolar, ali ministrado.” (MENSAGEM, 1963, p. 100).

Em 1963, a formação de professores voltou a ganhar destaque em Mato Grosso, quando professores e localidades atendidas aumentaram. Isso porque, ao iniciar o governo, Costa (MENSAGEM, 1963, p. 161) explicou que este se constituía em um dos problemas que desafiava sua administração, pois havia um extenso número de professoras leigas efetivadas por meio de concurso e “por força de decisão judiciária, o trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade de uma recuperação daquelas professoras que, embora efetivadas, não possuíam, contudo, um grau suficiente de conhecimento e de capacitação profissional.” Esse fato pode ser constatado pelos números apresentados pelo governador relativos à formação dos professores que ministraram aulas e participaram do Curso de Férias para:

**Tabela 02**

Curso de Férias para Professores Leigos

Nome do Município	Rede de Pertencimento dos Professores				Grau de Instrução		
	Estadual	Municipal	Particular	Total de Professores	Primário	Secundário	Normal
Aquidauana	56	02	10	68	42	24	02
Cáceres	49	06	09	64	47	17	–
Campo Grande	70	02	01	73	62	11	–
Corumbá	63	02	05	70	38	32	–
Cuiabá	95	–	–	95	65	30	–
Dourados	58	01	09	68	60	05	03
Guiratinga	35	04	08	47	34	13	–
Três Lagoas	65	02	01	68	48	20	–
Total	491	19	43	553	396	152	05

Fonte: MENSANGEM - APMT, 1963, p. 160.

Referenciando os números apresentados na tabela, infere-se que Cuiabá (93) Campo Grande (73) e Corumbá (70) foram cidades que tiveram maior quantidade de participantes, e Guiratinga o menor. Observa-se também que era maior a concentração de professores vinculados à rede estadual (491), com a presença de docentes da rede privada (43). Dos 553 professores inscritos no Curso de Férias, 396 só tinham o curso primário, o que está em consonância com o que vem sendo discutido neste trabalho: o

fato de que nas escolas primárias mato-grossenses, principalmente nas rurais, a maioria do professorado era leiga, sem formação específica para o exercício da docência.

Em 1963, a formação de professores voltou a ganhar destaque em Mato Grosso, quando professores e localidades atendidas aumentaram. Isso porque, ao iniciar o governo, Costa (MENSAGEM, 1963, p. 161) explicou que este se constituía em um dos problemas que desafiava sua administração, pois havia um extenso número de professoras leigas efetivadas por meio de concurso e “por força de decisão judiciária, o trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade de uma recuperação daquelas professoras que, embora efetivadas, não possuíam, contudo, um grau suficiente de conhecimento e de capacitação profissional.” Esse fato pode ser constatado pelos números apresentados pelo governador relativos à formação dos professores que ministraram aulas e participaram do Curso de Férias para:

**Tabela 02**

Curso de Férias para Professores Leigos

Nome do Município	Rede de Pertencimento dos Professores				Grau de Instrução		
	Estadual	Municipal	Particular	Total de Professores	Primário	Secundário	Normal
Aquidauana	56	02	10	68	42	24	02
Cáceres	49	06	09	64	47	17	—
Campo Grande	70	02	01	73	62	11	—
Corumbá	63	02	05	70	38	32	—
Cuiabá	95	—	—	95	65	30	—
Dourados	58	01	09	68	60	05	03
Guiratinga	35	04	08	47	34	13	—
Três Lagoas	65	02	01	68	48	20	—
Total	491	19	43	553	396	152	05

Fonte: MENSANGEM - APMT, 1963, p. 160.

Referenciando os números apresentados na tabela, infere-se que Cuiabá (93) Campo Grande (73) e Corumbá (70) foram cidades que tiveram maior quantidade de participantes, e Guiratinga o menor. Observa-se também que era maior a concentração de professores vinculados à rede estadual (491), com a presença de docentes da rede privada (43). Dos 553 professores inscritos no Curso de Férias, 396 só tinham o curso primário, o que está em consonância com o que vem sendo discutido neste trabalho: o

fato de que nas escolas primárias mato-grossenses, principalmente nas rurais, a maioria do professorado era leiga, sem formação específica para o exercício da docência.

Regina Aparecida Versoza Simião, em sua obra “O processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960)” publicado em 2006, narra a trajetória da Silva (2002), uma professora primária “leiga”, que se dedicou à carreira docente em escolas rurais e fez o curso de férias, oferecido pelo Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, já no final de sua trajetória profissional. Nas palavras de Silva (2002), o momento educacional da década de 1960 envolvia transformações e busca de aperfeiçoamento do professorado mato-grossense.

A oferta do Curso de Férias para professores leigos nos anos de 1960, tinha como justificativa o fato de que, no estado, mais de 60% dos professores em Mato Grosso eram leigos, sem a formação necessária para atuarem no magistério. Para Humberto Marcílio (1963, p. 214), esses professores eram considerados pelo governo como um problema para o Estado, pois “tendo-se em conta os conhecimentos gerais que possam possuir esses professores, jamais estarão eles em condições de exercer integralmente as suas funções de mestres, sem os conhecimentos especializados da profissão”.

A criação de Centros de Treinamentos para ofertar cursos de aperfeiçoamento aos professores em geral e principalmente os leigos, a fim de se obter eficácia no ensino, fazia parte de uma política federal, Plano Trienal de Educação (1963). No citado plano, o governo despenderia investimentos na ampliação do ensino primário, bem como no aperfeiçoamento dos professores do país. Essas metas seriam concretizadas com os investimentos em construções de prédios escolares e na aplicação de um programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério nos CTMs em várias regiões do Brasil.

O Centro Treinamento do Magistério de Cuiabá foi criado em 16 de agosto de 1963, sendo instalado no prédio do Educandário dos Menores Abandonados que foi cedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao governo de Mato Grosso (MARCÍLIO, 1963).

A inauguração do CTM-Cuiabá contou com a participação em sua solenidade de abertura, com o “Governador Fernando Corrêa da Costa, do Prefeito Vicente Emílio Vuolo, do Arcebispo dom Orlando chaves, médicos, deputados, jornalista, professores e professoras e grande número de populares” (O ESTADO DE MATO GROSSO, 18 ago. 1963, p. 01).



A coordenação do CTM-Cuiabá ficou a cargo da professora Ângela Jardim Botelho, sendo que a mesma foi substituída em fevereiro de 1965 pela professora Almira de Amorim e Silva (O ESTADO DE MATO GROSSO, 26 fev. 1965, p. 01).

A criação do CTM-Cuiabá contou com o auxílio do governo de Mato Grosso e do governo federal, através da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado e do Ministério da Educação e Cultural. Além disso, o centro contou com o financiamento para a realização de suas atividades advindas da FISI (Fundo Internacional das Nações Unidas para Socorro à Infância) e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura) (O ESTADO DE MATO GROSSO, 10 ago. 1963, p. 06).

O jornal O Estado de Mato Grosso foi um importante veículo de comunicação, da época, utilizado para divulgar notícias desde a criação e organização do CTM-Cuiabá, bem como os trabalhos executados nesta instituição (TODT, 2011). Isso denota a preocupação, por parte do governo estadual, de divulgar para a sociedade mato-grossense que as atividades desempenhadas pelo Centro de Treinamento do Magistério trariam uma evolução no ensino do estado.

A criação do CTM-Cuiabá tinha por objetivo oferecer cursos de formação de professores supervisores que seria feita em seis meses. Após o curso, os supervisores teriam a função de acompanhar as atividades desenvolvidas por até 10 professoras leigas em suas escolas. A orientação dada pelos professores supervisores para as professoras leigas era a oportunidade de inserir os novos métodos de ensino com o intuito de melhorar a eficiência do ensino primário no estado.

Em 1964 a situação não parece ter mudado, pois outro dado importante foi ressaltado por Costa: “Das 240 mil crianças mato-grossenses em idade escolar, estima-se que 180 mil frequentaram escolas em 1963, sendo 150 mil nas escolas públicas estaduais e o resto nas escolas federais, municipais e particulares”, sendo que 60 mil não frequentaram escola alguma (MENSAGEM, 1964, p. 105). O problema do levado número de crianças fora da escola, segundo o governador, devia-se a diferentes fatores, entre eles a falta de normalista para as escolas, como o mesmo ressalta:

1º - Temos um grande déficit de salas de aulas nas principais cidades e vilas.

2º - A dispersão da população rural dificulta ao governo criar escolas para todos os filhos de servículas já que não é possível criar uma escola para cada família e é nesse meio que está a grande massa em idade escolar sem frequentar escola.

3º - Temos uma grande carência de normalistas que teriam condições pedagógicas de atender a um maior número de escolares e principalmente de evitar a sua evasão.

4º - Razões sociais e econômicas locais impedem que as famílias matriculem todos os seus filhos. (MENSAGEM, 1964, p. 105).

Percebe-se que nos anos de 1960 a população rural continuava desprovida de escolas e uma das causas apontadas pelos governantes era a grande extensão de terras constitutivas de Mato Grosso e a rala distribuição de sua população. Outro fato ressaltado na fala de Costa foi o de que, por questões sociais e econômicas, as famílias não colocavam todos os filhos na escola, porque a maioria residia em áreas rurais e dependia da mão de obra de todos os membros familiares para ganhar o sustento da casa, inclusive a das crianças.

Em todo Estado havia 2.167 escolas; destas, somente 799 salas de aulas eram próprias, com 17.734 carteiras. “Logo, somente 33% das novas escolas possuem salas próprias, as demais funcionam em barracões, choupanas ou pequenas salas alugadas ou cedidas, sem carteiras, quadro negros, sem água, sem sanitários e, portanto, com pequena capacidade e menor rendimento.” (MENSAGEM, 1964, p. 107).

As escolas nesse período estavam distribuídas em escolas modelos (04), grupos escolares (84), escolas reunidas (84) e 1.959 escolas rurais mistas. Com relação aos professores, dos 5.214 docentes, 1.162 eram normalistas e 4.052 leigos, existindo ainda alguns que não possuíam cursos primários. Assim, as escolas rurais eram as que comportavam a maioria de professores leigos ou sem o curso primário (MENSAGEM, 1964, p. 133).

Sobre a expansão do ensino primário em Mato Grosso, não se tratava, segundo Costa (MENSAGEM, 1965, p. 145), de um problema simples e nem de atendimento à população escolarizável, “não se trata, nem mesmo de se estimar o Ensino Primário como simples escolarização de determinada faixa etária, mas, de engajá-lo na deflagração de um progresso que atinja múltiplas áreas [...]”. Para o governador, a expansão do ensino primário deveria ser a base de renovação da educação mato-grossense.

### **Considerações finais**

Percebe-se com o estudo que um dos problemas ressaltados como maior gravidade entre os anos de 1950 e 1960 em Mato Grosso, era a grande quantidade de professores leigos no estado, lotados, em sua maioria, nas Escolas Rurais. Estas escolas consideradas de pouca qualidade educacional tinham como principal explicação para o baixo rendimento o fato de seus professores não terem formação para exercerem o magistério (leigos). Na busca de sanar tal problema, a administração estadual instituiu que os professores leigos deveriam obrigatoriamente frequentar o curso de férias, caso contrário seriam exonerados. Os cursos de férias para as professoras leigas eram ministrados normalmente nos meses de janeiro, fevereiro e julho, período de férias no calendário letivo das escolas mato-grossenses.

Os professores leigos tinham outra problemática a ser enfrentada para permanecer no quadro docente, a rotatividade dos políticos no poder. Com a entrada e saída de governantes em Mato Grosso, o quadro docente mudava, pois o partido perdedor das eleições, também seria aquele o qual os professores ligados a ele, seriam exonerados.

Percebe-se que o Curso de férias foi uma maneira paliativa de amenizar a situação e ter números para apresentar ao governo central que cobrava melhorias na educação, já que essa parecia ser requisito para que o país galgasse patamares de desenvolvimento.

## **Referências**

ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino (1910-1946)**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

BRASIL. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965 **In: O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. [direção Rosa Freire d'Aguiar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 35 – 440.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1927.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1952.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1953.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1956.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1963.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1964.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1965.

MALHADO, Esmeraldina. Depoimento. In: SÁ ROSA, Maria da Flória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS: Universidade Federal de Mato Grasso do Sul, 1990.

LEITE, Gervásio. **Aspecto mato-grossense do ensino rural**. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1942. BCBM, 3535 - MT.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIMIÃO, Regina Aparecida Versoza. **O processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960)**. Cuiabá: EdUFMT / Central Texto, 2006.

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão. CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. AS FONTES DOCUMENTAIS: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa. V **Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais**. Disponível em: <[http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/1.fontes\\_categorias\\_e\\_metodos\\_de\\_pesquisa\\_em\\_historia\\_da\\_educacao/8.Luiz%20Miguel%20Galvao%20Queiroz.pdf](http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/1.fontes_categorias_e_metodos_de_pesquisa_em_historia_da_educacao/8.Luiz%20Miguel%20Galvao%20Queiroz.pdf)>. Acesso em: 03/07/2014.

TODT, Elaine Cristina. Divulgação das atividades do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá pelo jornal O Estado de Mato Grosso (1963-1970). **Relatório – PIBIC** (2010-2011).